

A (PÓS)VIDA POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO

Flavia Pinheiro Meireles

Docente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do CEFET-RJ e doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), flavia.meireles@cefet-rj.br;

Resumo

Esta comunicação examina a breve, porém marcante, presença da parlamentar lésbica/bissexual Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, em um caso ainda não resolvido. O caso de Marielle serve como um ativismo acadêmico lésbico-feminista que põe em perspectiva suas agendas imbricadas de raça, classe, geografia, gênero, sexualidade e suas lutas políticas institucionalizadas durante seu mandato no parlamento do Rio de Janeiro. Este caso põe igualmente em perspectiva a normatividade impregnada no parlamento e as desafiantes estratégias para enfrentar a regulação das vidas. Ainda importante será analisar sua (pós)vida política através da placa de rua que leva o seu nome e que, nesta forma, desconhece fronteiras. A partir deste estudo, refletimos sobre os riscos, os sucessos e os limites de uma política de coalizão interseccional e transnacional de lésbicas negras dentro da infraestrutura necropolítica estabelecida no Brasil durante a virada conservadora (necro)política e neoliberal. Com uma bibliografia do feminismo decolonial (LUGONES, 2010; MINOSO, 2017), consideramos as estratégias de Marielle como uma teoria em *práxis* dentro das lutas interseccionais lésbicas/sapatão negras diaspóricas contra o (neo) colonialismo. Também consideramos o caso de Marielle como uma possibilidade teórica feminista negra transnacional para delinear o fenômeno diaspórico de uma aniquilação simbólica lésbica negra (GLOVER, 2017). Olhar para o caso de Marielle ressalta as estratégias de sobrevivência e as limitações da

existência lésbica/sapatão negra em um ambiente de aniquilação das questões sobre seus possíveis futuros em vida.

Palavras-chave: Marielle Franco, (pós)vida, necropolítica, neoliberalismo, lésbicas/sapatão negras.

Introdução

“Nossos passos vêm de longe”

Eleita vereadora com 46.502 votos na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, a socióloga Marielle Franco chega na casa parlamentar depois de uma trajetória de dez anos como assessora parlamentar e ativista de direitos humanos no gabinete do então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Marielle surpreende as expectativas ao ser a quinta vereadora mais votada concorrendo pela primeira vez em uma eleição. Além das pautas de direitos humanos, sua campanha reflete as pautas feministas recentes, expressas nas manifestações de rua e nas campanhas digitais conhecidas como “Primavera das Mulheres”, ocorridas a partir de 2015.

A persona política de Marielle Franco também figura um símbolo e resultado de uma longa luta na qual, como ela costumava dizer lembrando Jurema Werneck¹: “nossos passos vêm de longe”. Proveniente do complexo de favelas da Maré, Marielle passou por atividades promovidas pelas associações de moradores da sua comunidade, como o curso pré-vestibular, conforme relata Eliana Sousa Silva², evidenciando uma ascensão social que esteve diretamente ligada às ações comunitárias do período pós-redemocratização dentro desta favela. Na sua curta porém notável passagem como parlamentar, Marielle foi capaz de realizar e cultivar coalizões, traduzindo os conhecimentos comunitários em políticas públicas concretas com foco nas populações

1 Jurema Pinto Werneck é feminista negra, médica e escritora com doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ativista no movimento das mulheres negras e em direitos humanos, Werneck assumiu a diretoria da Anistia Internacional Brasil em 2017, organização que tem sido crucial disseminadora da luta por justiça pelo assassinato da vereadora e de seu motorista, em 2018. Em 2006, Werneck publica o livro “Saúde da Mulher Negra: Nossos Passos Vêm de Longe”. Fonte <<https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-brasil-anuncia-nova-diretora-executiva/>>. Acesso em: 1º de setembro de 2019.

2 Eliana Sousa Silva é coordenadora da ONG Redes da Maré e militante social desde os anos 1980. Eliana também será figura importante na sua associação com a Lia Rodrigues Companhia de Danças, como veremos mais à frente. Fonte: <<https://omny.fm/shows/eapenasfumaca/eliana-sousa-silva-sobre-marielle-franco-e-as-fave>>. Acesso em: 5 de março de 2020.

negras, faveladas, LGBT e nas causas das mulheres, a partir do aporte do feminismo negro estadunidense e brasileiro³.

Este artigo se concentra em sua identidade política como lésbica/bissexual⁴ no tocante à sua atuação como parlamentar. Em articulação com os ativismos, seu modo de escuta dos movimentos da cidade será lido à luz de releituras das contribuições de autoras lésbicas feministas decoloniais (MIÑOSO, 2017; LUGONES, 2010). A metodologia da pesquisa utilizou a cartografia (ESCOSSIA, PASSOS, KASTRUP, 2009) como forma de acompanhar o desenrolar da sua atuação no parlamento e foram realizadas seis entrevistas com ativistas, assessores da parlamentar e sua ex-companheira, Mônica Benício, além do acompanhamento de *posts* nas mídias sociais (*Facebook, Instagram e Twitter*) entre 2017-2020. No que consideramos uma (pós)vida analisamos o caso das placas de rua confeccionadas com o nome da vereadora e seu modo de ativação da presença/ausência de Marielle Franco, bem como de seu legado.

“Marielle na casa legislativa (vida) e na rua do mundo (pós-vida)”

Marielle marcava sua existência política como lésbica/bissexual, negra, mãe, feminista e favelada. Para compreender a relação entre morte e vida no caso Marielle Franco, usamos como pano de fundo o conceito de “aniquilamento simbólico lésbico negro” (MEIRELES; GLOVER, 2020)⁵, uma camada a mais para a leitura da colonialidade

3 Em seus discursos, Marielle Franco citava Audre Lorde, Angela Davis, a já mencionada Jurema Werneck, entre outras como fontes de inspiração nas lutas antirracistas e feministas.

4 Segundo entrevista concedida por Mônica Benício a esta pesquisa, Marielle se posicionava ora como lésbica, ora como bissexual, dependendo de sua agenda política. Ênfase que o interesse desta pesquisa é sua identidade política, portanto, identidade coletiva e enunciada no âmbito governamental. Sua relação com Mônica Benício ganhou relevância depois de seu assassinato. Mônica se tornou, então, importante figura pública na defesa dos direitos humanos em geral, e da visibilidade lésbica em particular.

5 Este conceito foi explorado no artigo que escrevi em inglês em co-autoria com Tay Glover durante a pesquisa de tese e publicado no *Caribbean Review of Gender Studies*, num número dedicado à lesbianidade no Brasil.

de gênero (LUGONES, 2010), levando mais à frente as políticas de sexualidade imbricadas com processos coloniais. Aniquilamento simbólico lésbico negro (GLOVER, 2017; 2018a; 2018b) visa a colocar em evidência a questão da vida e da morte das pessoas negras e lésbicas, num processo tanto real quanto simbólico de apagamento de suas existências, de solidariedade assimétrica com pessoas não-negras e de uma relação próxima das vidas de lésbicas negras com a morte.

Sobre essa relação com a morte, pode-se evocar uma espécie de infraestrutura necropolítica instalada no Brasil. Segundo Mbembe (2018a, p. 41): “a ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica”. Na era digital e nos efeitos contemporâneos da colonialidade com uma ordem mundial de supremacia branca e de dominação dxs negrxs, o necropoder é uma expansão analítica do biopoder – termo foucaultiano a fim de controlar o direito e a qualidade da vida das pessoas.

Necropolítica (MBEMBE, 2018a) remete ao “direito para matar” exercido pelo colonizador, sua ingerência sobre quem vive e quem deve morrer e a criação de infraestruturas de poder que determinam a relação com a morte. O que Mbembe (2018a) nomeia como “mundos mortos” seria uma nova e única forma de existência social na qual populações são sujeitas a condições de vida similares a formas particulares de mortes, sejam físicas, sociais ou civis, por meio de aprisionamentos que os tornam mortos-vivos, experienciando, então, a morte-em-vida. Esta morte-em-vida, no entanto, mais frequentemente se dá de forma ordinária, cotidiana, considerada como normal. Seguindo a tese de Silvio Almeida (2019) de que o racismo é sempre estrutural, “ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 21), podemos inferir que estaremos reiteradamente nos defrontando com ele, sob formas conhecidas ou renovadas. Tanto Mbembe (2016; 2018a; 2018b) quanto Tatiana Nascimento (2019b) vão considerar como delírio (branco) o tema do fim do racismo. Ainda que esteja sub-repticiamente presente em ações, discursos e nas convenções socialmente aceitas, vemos que: “(...) o racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019, p. 22). Nesta esteira, a Câmara do Vereadores, como lugar representativo do Estado, está impregnada estruturalmente por práticas racistas, além de expor a

dominância de uma norma heteropatriarcal com práticas com diferentes graus de machismo, denunciadas abertamente na tribuna por Marielle Franco⁶ e a partir dos movimentos feministas de 2015 em diante.

Marielle era profundamente envolvida no ativismo lésbico/bissexual, embora não fizesse parte de nenhum grupo lésbico/bissexual (como também não fazia parte de movimento de mulheres específico). A identidade política e a visibilidade de Franco eram, parece, fruto de uma negociação de coalização entre diferentes forças e estratégias. Uma hipótese provável é a de que isto está em sincronia com uma história de organização da justiça social de mulheres (lésbicas) negras como uma organização difusa e sujeita aos contextos contingentes. Esta negociação é resultado da necessidade de transitar em variados graus de heteronormatividade e de solidariedades assimétricas, mantendo-se ligada a um amplo investimento em interseccionalidade (GLOVER, 2017).

Uma vez eleita, Franco foi capaz de agregar e de mobilizar diversos movimentos, a exemplo da aglutinação de movimentos lésbicos em torno do PL da Visibilidade Lésbica, que seria apresentado para apreciação da Câmara Municipal em 2017. Este projeto de lei propunha a inclusão, no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro, da comemoração da visibilidade lésbica. Franco operava uma renovada relação com a política, considerando a coletividade como uma construção ininterrupta, observando seus contextos e complexidades, mantendo vínculo com os movimentos de base. Sua identidade política também ilustrava o quão laboriosa e precária era a (in)visibilidade de suas pautas, ao endereçar políticas com uma agenda de coalização e com uma interseccionalidade lésbica e negra.

Marielle Franco usava de diversas estratégias para combater, entre outras pautas, o racismo e sexismo na Câmara. Seu trabalho político precisou inventar estratégias para concretizar suas práticas

6 Um desses casos foi seu último discurso no dia 8 de março de 2018, na tribuna da Câmara que atualmente leva seu nome. No meio do seu discurso um dos vereadores a interrompe para entregar uma flor, ao que ela ironicamente responde: "Não vem me interromper agora, né? Homem fazendo homices (*sic*), meu deus do céu...", ou seja, interrompendo a fala de uma mulher (*manterrupting*) para protagonizar um gesto supostamente galanteador. Vídeo disponível on-line em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SIHtY1FiqYo>>. Acesso em: 1º de setembro de 2019.

de coalizão. É o que também aprendemos com Lugones (2010) acerca da resistência como subjetividade ativa: “em nossas existências colonizadas, racialmente oprimidas, somos também diferentes do que a hegemonia nos faz ser” (LUGONES, 2010, p. 746, tradução nossa⁷). Na Câmara, a vereadora expôs e denunciou a violência do Estado contra grupos vulneráveis. Franco também valorizou as formas pelas quais a favela resiste às desigualdades, propondo soluções criativas e inesperadas, valorizando a sua riqueza social. Franco operacionalizou o *corpus* de conhecimentos afrodiaspóricos, mobilizando estratégias de feministas negras lésbicas para “sobreviver” na Casa Legislativa.

Durante a campanha e o mandato de Marielle Franco, uma frase evocada era: “eu sou porque nós somos”. Esta frase faz referência à filosofia africana *Ubuntu*, que se baseia na interdependência entre todos os seres vivos, retomando uma frase que Nelson Mandela utilizava para incitar a libertação sul-africana (LOUW, 2010). Marielle buscava ressaltar uma identidade sociopolítica diaspórica por meio de uma solidariedade transnacional negra e sinalizava a contínua relevância das filosofias africanas e suas cosmologias para as lutas feministas.

É justo dizer que a força de Marielle ganhou maior amplitude por ela ter sido capaz de ser catalizadora de demandas latentes, como a dos movimentos de lésbicas e das feministas, e por entender que essas pautas têm uma transversalidade inerente, isto é, têm tudo a ver com militarização, segurança pública, saúde, educação, direitos reprodutivos etc., sem isolar as demandas como se fossem pautas relativas somente a uma parte da população. Esta também é uma lição que o feminismo decolonial e o feminismo transnacional buscam dar: a de que é preciso observar a questão de gênero e de sexualidade como produzidas numa “diferença colonial” (LUGONES, 2010), em cruzamento com as situações específicas dos agentes envolvidos, em especial, com a colonialidade e com o empobrecimento. Esses temas atravessam toda a existência dos seres em questão, dando tom específico aos enfrentamentos das desigualdades sociais, à violência e às necessidades relativas à sobrevivência. A trajetória de Franco como ativista pelos direitos humanos também abre o escopo das

⁷ No original: “*In our colonized, racially gendered, oppressed existences we are also other than what the hegemon makes us be.*”

possibilidades de transversalidade das pautas, ao buscar a garantia de um direito básico: o da vida.

Talvez um dos motivos para a execução de Marielle Franco tenha sido o seu sucesso como feminista lésbica e negra aliado à sua exposição e denúncia do necropoder neocolonial nas formas mencionadas acima, mas particularmente manifestadas na militarização e ocupação policial nas favelas, assuntos que Franco tratava com conhecimento de causa. Franco exemplificava como a existência lésbica e negra “em realidade identifica uma série de relações sociais que apontam para a instabilidade cisheteropatriarcal e para uma emergência de uma possível crítica dentro desta instabilidade” (FERGUSON, 2004, p. 100) que poderia irritar e perturbar o estado das coisas, precisando, do ponto de vista da manutenção do poder, ser aniquilada.

Retomamos, então, de modo ainda mais preciso o dilema: uma alta visibilidade de uma lésbica negra e favelada *versus* um apagamento “necessário” e a vulnerabilidade latente de uma morte incitada por uma necropolítica (MBEMBE, 2018a). Este dilema se inscreve numa história mais ampla de populações que continuam a ser invisibilizadas, aniquiladas na “calmaria” e/ou restituídas à vida somente através da sua morte. Citando Marielle Franco em sua última publicação na rede social Twitter, no dia 13 de março de 2018, o dia anterior à sua execução: “Quantos mais têm que morrer pra que essa guerra acabe?”. Algumas perguntas são pertinentes: poderíamos compreender o aniquilamento de Franco a partir da relação estrutural e íntima das lésbicas negras com a morte? Ou ainda: sua morte estaria em continuidade com o destino de vidas vulneráveis lésbicas negras, que ganham maior sentido *post mortem*?

Passaremos agora à fase (pós)vida de Marielle, por meio da compreensão de como se dissemina sua imagem póstuma na continuação da sua luta e na sua memória e fazendo um percurso que destaca alguns atos em torno da placa de rua criada que leva o nome de Marielle Franco. É pertinente dizer que a imagem de Marielle que será abordada aqui se descola do que foi Marielle como política, feminista, mãe, lésbica, negra e mulher; a partir de sua execução, Marielle passou a constituir um corpo coletivo construído socialmente. Como ressalta Benício:

(...) Esse legado Marielle não é o legado da vereadora ou da Marielle Francisco da Silva, é essa personagem Marielle Franco construída e mantida coletivamente.

Então isso é muito importante de se dizer ... se não fica uma coisa muito personalista e se tem uma coisa que essa imagem da Marielle que ganha repercussão não é, é personalista. Porque fala de muita gente, de muitas vidas, de muitos corpos que se viram representados no corpo daquela mulher que foi assassinada. Mas que fala de outra coisa: fala de sonho, de esperança, fala de modificação social, fala de luta, de resistência, que tá dentro de cada um que se viu representado na história dela, no corpo dela de alguma forma (BENÍCIO, Mônica, entrevista para esta pesquisa em 11 de setembro de 2019).

É desta construção coletiva da imagem póstuma que trataremos. A execução de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes chamou atenção, local e internacionalmente, para uma batalha pela elucidação do crime através de organizações tais como a Anista Internacional, que têm feito campanhas de mobilização e de pressão sobre o poder público de forma contínua. Mônica Benício, viúva de Marielle, tem sido figura importante nas políticas de apoio aos movimentos de direitos humanos e em particular dos movimentos de mulheres e de lésbicas⁸, por meio de entrevistas na mídia de massa, palestras, aparições públicas em marchas e eventos culturais, a exemplo da sua participação no desfile da Escola de Samba Mangueira em 2019 e de sua eleição como vereadora da cidade do Rio de Janeiro em 2020, no mesmo cargo que Marielle ocupou.

Como legado político de Marielle, por esforço e mobilização popular, foram eleitas em 2018 quatro deputadas negras (uma federal e três estaduais) que exercem o trabalho político interseccional de Franco: Talíria Petrone, Mônica Francisco, Dani Monteiro e Renata Souza, todas do partido de esquerda do PSOL. As três últimas trabalharam

8 Os movimentos de mulheres e de lésbicas que assinaram um manifesto puxado por Benício, no dia 14 de janeiro de 2018, foram: Rede Nami, Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Revista Brejeiras, Isoporzinho das Sapatão, Velcro, Coletiva Visibilidade Lésbica, Ferro's, Slam das Minas RJ, Lesbitrans Slam, Grupo Baque Mulher, Mulheres Rodadas, O Rebu – Bloco, Coletiva Resistência Lesbi de Favelas, Oitava Feminista, Lesbocídio, Palavra Sapata, Viaduto Literário, Chora, Casa das Pretas/Coisa de Mulher, Favela Cineclube, Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP), Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, Gataria Photography, Frente Lésbica do RJ e Foca Nelas – Mulheres organizadas pela defesa dos direitos LGBT.

diretamente na mandata de Marielle. É importante ressaltar que Erica Malunguinho, mulher negra trans, foi eleita na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo mesmo partido. Todas reivindicam esse legado, tendo se inspirado no trabalho de Marielle Franco. Em uma situação paradoxal, as mulheres negras em cargos políticos (assim como as lésbicas negras em geral) continuam a batalha pela proteção das vidas negras. No entanto, como atenta Mônica Francisco⁹, eleita deputada estadual no Rio de Janeiro, ainda há preocupação com sua integridade física, e pouco pôde ser feito legalmente em termos de diminuição de sua vulnerabilidade no parlamento. Portanto, continuar o legado de Franco significa ainda enfrentar os mesmos perigos que ela enfrentou. Continuar a mobilização social também tem consequência de “proteger” essas pessoas, na medida em que a visibilidade midiática as coloca, mesmo que temporariamente, em lugar de evidência. Como mais uma iniciativa que busca levar à frente o legado, Anielle Franco, irmã de Marielle, criou em 2020 a Instituição Marielle Franco para defender sua memória.

Uma outra ação em (pós)vida de Marielle Franco foi a disseminação das placas de rua que levam seu nome. Oito dias após a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes e um dia após o velório que aglutinou uma multidão na escadaria da Câmara dos Vereadores no Rio de Janeiro, a Casa das Pretas organizou um ato em memória de Marielle Franco. Tratou-se de uma série de ações realizadas na noite de 22 de março de 2018 na sede da Casa, envolvendo roda de Jongo, falas das mulheres pretas e um ato simbólico – realizado pelo grupo Panteras Negras (performance) e pelo grupo de Angoleiras do Rio (orquestra de berimbaus) – de fixar uma placa com o nome de Marielle Franco em vez da placa Rua dos Inválidos.

9 Aparentamento pessoal da mesa-redonda *Legados de Marielle: Desafios do feminismo negro e interseccional*, de fala proferida por Mônica Francisco na *Freie Universität* (Berlim/Alemanha), em 25 de março de 2019, a convite do LAI – Instituto Latino-Americano desta Universidade, por meio da professora Mariana Simoni: <https://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/literaturen_und_kulturen_lateinamerikas/veranstaltung-sarchiv_neu/veranstaltungen_2019/250319_legados_de_marielle.html>. Acesso em: 31 de março de 2020.



Fonte: Youtube

Nesse ato da Casa das Pretas vemos a produção de um contexto cultural e artístico a partir da coincidência de artistas e ativistas numa causa comum e as práticas artísticas a serviço do ativismo, contando com a habilidade e sensibilidade de artistas. Este parece ter sido o primeiro momento em que a placa de rua com o nome de Marielle aparece publicamente marcando a ausência/presença da vereadora e operando a renomeação simbólica da rua.

Inúmeros atos e lembranças foram realizados em várias cidades do mundo. Retomamos aqui somente algumas ações que se referem à presença da placa de rua Marielle Franco sem, no entanto, ter o objetivo de dar conta de rastrear a disseminação, ação já realizada pelo site <<https://www.ruamariellefranco.com.br>>, no qual se pode baixar gratuitamente a arte da placa, encontrar uma gráfica parceira e alimentar o site informando quantas e em que local as placas foram coladas. O site, como uma ação anônima e *copyleft*, documenta em quantidade e georrefêrencia a distribuição das placas.

A página de humor *O Sensacionalista* lançou, em 2018, uma campanha de um financiamento coletivo intitulada *Eles rasgam uma nós fazemos cem*, cujo objetivo era arrecadar o montante de 2 mil reais para a confecção de cem placas que seriam distribuídas gratuitamente em frente à Câmara dos Vereadores, em dia e local a ser anunciado. A campanha foi recorde de arrecadação, totalizando o montante de R\$ 42.333,00 e foram confeccionadas mil placas, distribuídas gratuitamente no dia 14 de outubro de 2018, data de sete meses da brutal execução. Neste dia foi recolocada uma das réplicas por Mônica Benício, houve distribuição das placas e realização de fotos.



Fonte: Internet/Mídia Ninja

Foi o reavivar por meio dos diferentes contextos e agentes que tornou visível a placa e que enfatizou a luta por uma pressão junto ao Estado Brasileiro para elucidação do assassinato. A placa de rua Marielle Franco não aponta somente um sentido, permite diversas circulações. Muito frequentemente a placa é empunhada rememorando o gesto dos Partido dos Panteras Negras, icônico e indicial da luta pelas vidas (plenas) negras. Num outro caso foi simbolicamente quebrada durante uma campanha, em outro apareceu em circuito artístico como rememoração. Como Benício argumenta para esta pesquisa, há uma identidade que é construída socialmente e a placa de rua Marielle Franco parece sinalizar para isso.

Considerações finais

No breve percurso deste texto buscamos, a partir das ações em vida e do legado de Marielle Franco, ressaltar os dilemas e lutas pelas quais vidas negras lésbicas estão expostas a partir de um contexto aniquilamento simbólico. Em contraste a isso, há estratégias de fuga desse aniquilamento, expressas no modo pelo qual Marielle encampava suas lutas no parlamento (em estreita articulação com os movimentos de base) e no modo pelo qual seu legado político se espalhou em mais candidaturas de mulheres negras cis e trans e na ação das placas de rua disseminadas em várias localidades. Sob a

forma de placas de rua, o legado de Marielle desconhece fronteiras nacionais. É nesse diapasão morte-em-vida, vida/morte e (pós)vida que podemos refletir sobre como as estruturas estatais e nacionais se amalgamam buscando constranger e aniquilar os futuros das vidas negras e lésbicas.

A luta por um direito básico, o da vida, se matiza em várias lutas específicas às quais procuramos acompanhar e refletir a partir da (pós) vida política de Marielle Franco. Consideramos, assim, as estratégias de Marielle como uma teoria em *práxis* dentro das lutas interseccionais lésbicas/sapatão negras diaspóricas contra o (neo)colonialismo. Também consideramos o caso de Marielle como uma possibilidade teórica feminista negra transnacional para delinear o fenômeno diaspórico de uma aniquilação simbólica lésbica negra (GLOVER, 2017). Olhar para o caso de Marielle ressalta as estratégias de sobrevivência e as limitações da existência lésbica/sapatão negra em um ambiente de aniquilação das questões sobre seus possíveis futuros em vida.

Referências

ALEXANDER, Jacqui; Mohanty, Chandra (eds.). **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. Routledge, 1997.

Benites, A. and B. Luiz. 2020. “Federalização do Caso Marielle tem Oposição de Moro e Segue Indefinida no STJ.” **El País**. February 2020. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-11/federalizacao-do-caso-marielle-franco-tem-oposicao-de-moro-e-segue-indefinida-no-stj.html>.

CURIEL, Ochy. **La nacion heterosexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Impresion ediciones, 2013. GLOVER, Tay. **Exploring Black Lesbian Symbolic Annihilation**. Paper presented at Lesbian Lives Conference. University of Brighton, England, 2019.

Jucá, Beatriz. 2020. “Adriano Nóbrega, Suspeito no Caso de Envolvimento com Marielle é Morto em Operação Policial na Bahia.” **El País**. February 2020 <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-09/suspeito-de-envolvimento-no-assassinato-de-marielle-e-morto-em-operacao-policial.html>.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCOSSIA, Liliana. **Pistas para o método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

LIMA, Fátima. Sobre dores, saudades e (re)existências. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 04, n. 02, abr./jun. de 2018b. Dossiê Raça, Interseccionalidade e Violência – processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgenviv>>. Acesso em: 20 fevereiro 2020.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia** – Journal of Feminist Philosophy, v. 25, n. 4, 2010, p. 742-759.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MEIRELES, Flavia. **Movimentos sociais e contextos artísticos**: lutas pelos corpos e pela terra no capitalismo neoliberal. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientação: Maria Cristina Franco Ferraz. PPGCOM/ECO, UFRJ, 2020.

MEIRELES, Flavia; GLOVER, Tay. Towards a transnational black feminist theory of the political life of Marielle Franco”. *Caribbean Review of Gender Studies*. Número 14 Edição especial sobre **Kuírlombo epistemologies: Genders and Sexualities in Brazil**, dez-2020.

MOHANTY, Chandra. 1988. “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses.” **Feminist Review** 30: 61-88.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. **Textos Selecionados**. Bogotá: Editorial la frontera, 2017.

MUNANGA, K. As ambigüidades do racismo à Brasileira. In: KOM, Noemi Moritz, *et. al.* **O Racismo e o Negro no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SOUZA, Alexandre. 2019. “Desembargadora do Rio Vira Ré por Calúnia Contra Marielle.” **O Globo**. August. <https://oglobo.globo.com/rio/desembargadora-do-rio-vira-re-por-calunia-contramarielle-23861252>.

PUAR, Jasbir. **Homonacionalismo como mosaico**: viagens virais, sexualidades afetivas. IN: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento feminista** – sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

WERNECK, Jurema et al. **O Livro da Saú de das Mulheres Negras**: nossos passos vêm de longe. 2a ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

Entrevistas realizadas

ASSUSSENA, Arlei. Arlei Assussena, membro do gabinete da vereadora Marielle Franco: depoimento [13 de fev. 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

LEITE, Vanessa. Vanessa Leite, pesquisadora dos temas gênero e sexualidade: depoimento [20 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

MARINS, Camila. Camila Marins, integrante da Frente Lésbica do Rio de Janeiro e da Revista Brejeiras: depoimento [21 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

MIRANDA, Pedro. Pedro Miranda, assessor de campanha de Marielle Franco: depoimento [10 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

SEIXAS, Michele. Michele Seixas, integrante da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL): depoimento [16 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

Vídeos

Franco, M. **Fala no dia da votação do PL da Visibilidade Lésbica**. <https://www.youtube.com/watch?v=kzNM2IAiEOU>.